



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

São José do Calçado, em 11 de julho de 1993

Ofício nº 087/93

--CMSJC--

AO

Exmº Dr. José de Oliveira Raft

DD. Prefeito Municipal

NESTA.

Assunto: Encaminhamento (faz)

Senhor Prefeito,

Através deste, passo as mãos de V. Exª, a Lei nº 017/93, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentária para o ano de 1994, que foi aprovada por esta Egrégia Casa de Leis, na Sessão Extraordinária realizada no dia 07 p.pas-sado, com emenda modificativa ao art. 14, que passou a ter a seguinte reda-ção: As despesas com pessoal terão como base o disposto no art. 38 das / Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

José Antonio Vieira de Rezende
José Antonio Vieira de Rezende
PRESIDENTE



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

LEI nº 017/93

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1994, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou a seguinte LEI:

Disposições Preliminares

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto nos artigos 73, inciso XII, e 129, parágrafo 2º, da Lei Orgânica Municipal, ficam fixadas nos termos desta Lei, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 1994, compreendendo:

- I - Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária anual;
- III - Diretrizes específicas para elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Municipais;
- IV - Diretrizes relativas às despesas com pessoal.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A programação contida na Lei Orçamentária anual para o exercício de 1994 refletirá, em termos físicos e financeiros, objetivos que concorram para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, amparo à criança, desenvolvimento das potencialidades econômicas do Município, ampliação e melhoria da malha viária municipal, valorização do servidor público e melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais.

Art. 3º - Para efeito de alocação de recursos, terão precedência, observado o disposto no art. 2º desta Lei, os projetos e as ações que concorram para alcançar os seguintes objetivos prioritários:

- I - Contribuir para a redução do analfabetismo, aumentar vagas no sistema educacional, ampliar e recuperar as instalações físicas e



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

instrumentais da rede municipal de ensino;

II - Contribuir para a redução da degradação ambiental;

III - Adequar e modernizar a infra-estrutura do Município às necessidades da população;

IV - Melhorar o funcionamento da estrutura administrativa, com destaque para a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos usuários;

V - Participar de ações visando a melhoria da produtividade e qualidade da agricultura e o controle de doenças animais e vegetais;

VI - Apoiar, estimular e divulgar a produção cultural do Município;

VII - Participar de ações visando a melhoria quantitativa e qualitativa do atendimento médico hospitalar e ambulatorial à população do Município.

Art. 4º - Na elaboração e implantação dos projetos prioritários, bem como na implantação das atividades rotineiras da Administração Pública Municipal, serão observadas, além do disposto no art. 2º desta Lei, as seguintes diretrizes gerais:

I - Utilização de parcerias externas para viabilizar o atingimento dos objetivos;

II - Atuação de maneira interativa, intersetorial e sem rigidez, com veiculação completa das informações;

III - Atualização do cadastro de contribuintes, visando a justiça tributária e a melhoria das finanças municipais.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

ART. 5º - A Lei Orçamentária Anual conterá a discriminação da receita e da despesa e o programa de trabalho do Município, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64.

Art. 6º - A Lei Orçamentária Anual será apresentada em seu menor nível de detalhamento, por grupo de despesa, obedecendo a discriminação da despesa aprovada pela Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 07 de dezembro de 1978, constante da Lei Federal nº 4320/64, asaber:



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Juros e encargos da dívida;
- III - Outras despesas correntes;
- IV - Investimentos;
- V - Inversões financeiras;
- VI - Amortização da dívida; e
- VII - Outras despesas de capital.

Art. 7º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas a preço de julho de 1993.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária:

I - corrigirá os valores do projeto de Lei segundo a variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 1993, explicitando os critérios a serem adotados;

II - corrigirá os valores das receitas e das despesas para 1994, com base em estimativas de variação de preços, mes a mes, ou para todo o exercício, explicitando a metodologia a ser adotada.

Art. 8º - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as fontes de recursos correspondentes.

Art. 9º - A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e fixação das despesas os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental orientada pelos seguintes princípios básicos:

- I - Modernização e racionalização da administração pública;
- II - Extinção ou dissolução de órgãos e entidades; e
- III - Alienação de imóveis, bem como de outros bens e direitos integrantes do ativo permanente de órgãos e entidades municipais.

Art. 10 - Na Lei Orçamentária Anual, os investimentos em fase final de execução terão preferência sobre os novos, observadas as prioridades fixadas nesta Lei, ressalvados aqueles em que os recursos recebidos pelo Município tenham destinação específica.

Art. 11 - O valor da reserva de contingência, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do total de recursos do Tesouro do Orçamento Anual.



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

Art. 12 - Fica vedado, na Lei Orçamentária Anual, a autorização para abertura de créditos adicionais em valores superiores a 30% (trinta / por cento) do total das despesas nela fixadas.

Parágrafo Único - Não se incluem na vedação do caput deste artigo a abertura de créditos adicionais por anulações parciais ou totais de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária.

Art. 13 - Ficarão prejudicadas as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que não disponham das seguintes informações:

- I - Classificação de despesa quanto à sua natureza, contendo: categoria econômica, grupo de despesa, elemento e item de despesa;
- II - Fonte de recursos; e
- III - Meta a ser alcançada.

Art. 14 - As despesas com pessoal terão como base o disposto no art. 38, das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 15 - As despesas com custeio administrativo e operacional terão como base, em termos reais, os créditos correspondentes no orçamento de 1993, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1993 ou no decorrer de 1994.

Art. 16 - Os recursos disponíveis do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, exclusive a amortização de dívidas por operações de crédito e vinculações a fundos, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender/despesas com:

- I - Clubes ou associações de serviços públicos da administração direta ou indireta dos dois Poderes, ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- II - Bolsas de estudos para cursos livres;
- III - Publicidade acima dos valores reais realizados no / exercício financeiro de 1993;
- IV - Pagamento, a qualquer título, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a Servidor da administração direta e indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, / custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou entidade a que pertencer o Servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

Art. 18 - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária, e suas alterações, despesas à conta de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados:

I - Os casos de calamidade pública, na forma do parágrafo 3º do art. 132 da Lei Orgânica do Município;

II - Os créditos reabertos de acordo com o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo.

Art. 19 - As propostas de modificações no Projeto de Lei Orçamentária, bem como nos projetos de créditos adicionais, a que se refere o art. / 131 da Lei Orgânica Municipal, serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para a Lei Orçamentária / Anual.

Art. 20 - Os recursos disponíveis do Tesouro Municipal, com preendem as receitas de impostos, taxas e outros próprios arrecadados pelo Município e a cota-parte do fundo de participação dos municípios, deduzidas as transferências constitucionais vinculadas.

Art. 21 - O Prefeito Municipal, no prazo de 60 (sessenta) / dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, publicará em suplemento do Jornal A Ordem, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, os quadros de detalhamento da despesa, especificando, para cada categoria de programação, no seu menor nível, os elementos de despesa respectivos desdobramentos, com os valores corrigidos e fixados na forma que dispõe o parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 22 - Simultaneamente com o encaminhamento do Projeto / de Lei Orçamentária Anual à sanção do Prefeito, a Câmara Municipal enviará cópias das emendas nele aprovadas.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

Art. 23 – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, de acordo com o disposto nos artigos 170 e 180 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 24 – O Orçamento da Seguridade Social, discriminará os recursos a serem recebidos do Estado e da União, para execução descentralizada/das ações de saúde e assistência social, conforme estabelecido nos artigos 174 e 191 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único – Para o cumprimento deste artigo, o Município levará em conta os recursos provenientes da União, do Estado e de outras Entidades, destinados ao financiamento das referidas ações.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25 – Em cumprimento aos artigos 20, inciso IV, e 22, da Lei Orgânica Municipal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal:

I – As despesas com pessoal e encargos sociais, observarão o disposto no art. 14 desta Lei; e

II – As despesas com custeio administrativo e operacional, exclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerão o disposto no art. 15 desta Lei.

Art. 26 – Caso o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 1994 não seja aprovado até 31 de dezembro de 1993, poderá ser utilizado, a cada mês, o valor da despesa realizada no mês de dezembro do exercício anterior, corrigindo-se pessoal, encargos e dívida, pela real necessidade, até a sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 27 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de São José do Calçado

Estado do Espírito Santo

Praça Pedro Vieira, 58

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara, em 07 de julho de 1993.

José Antonio Vieira de Rezende
José Antonio Vieira de Rezende
PRESIDENTE